

A Co-Evolução de Empresas e Instituições em Arranjos Produtivos Locais: Políticas Públicas e Sustentabilidade¹

Lúcia M. G. Moutinho

- Doutora em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)/São Paulo.
- Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
- Pesquisadora do Núcleo de Tecnologia e Empresa (NETE/UFPB).

Renato Campos

- Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (Unicamp).
- Professor e pesquisador do Nete/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Universidade Federal de Santa Catarina.
- Centro Socioeconômico/Departamento de Ciências Econômicas.

Resumo

O artigo trata da relação instituições-empresas em Campina Grande(PB), tomando como referências de análise os sistemas locais de produção, o capital social e o papel das várias esferas de governo, organizações de coordenação, associação e conhecimento. Tem como finalidade subsidiar políticas para Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (APLs), examinando as possibilidades de sustentabilidade do desenvolvimento do arranjo têxtil e de confecções do algodão colorido da Paraíba.

Palavras-chave:

Empresas e Instituições; Arranjos Produtivos Locais; Políticas Públicas e Sustentabilidade.

¹ Trabalho de conclusão do estágio pós-doutoral na Rede de Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist/IE)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1 – INTRODUÇÃO

Diante da permanência de desigualdades econômica e social entre países, uma visão crítica à hipótese da convergência de desenvolvimento enfatiza as diferentes formas institucionais que resultam das heterogêneas respostas dos países à diversidade de combinações entre mecanismos de mercado e modos de regulação estatal, caracterizando uma complexa interação entre instituições econômicas e políticas, específicas dos contextos nacionais. (BOYER, 1996).

Esta constatação destaca o papel das instituições no processo de desenvolvimento e tem uma das suas formulações analíticas na noção de Sistemas Nacionais de Inovação. (FREEMAN, 1987; LUNDVALL, 1992; NELSON, 1993; EDQUIST, 1997). Numa dimensão geográfica restrita ao interior dos territórios nacionais, noções análogas procuram compreender estas especificidades locais, observando as diversas possibilidades de cooperação e governança, também realçando as características institucionais para responder aos desafios que afetam as condições de competitividade. (BECATTINI, 1990; SCHMITZ, 1995; STORPER, 1997; SAXENIAN, 1994).

Por outro lado, as novas condições impostas pelo atual paradigma tecnológico em contextos nacionais particulares, com reduzido crescimento, má distribuição da renda e sistemas nacionais de inovação incipientes e pouco articulados (ALBUQUERQUE, 1997), têm estimulado investigações sobre as especificidades dos sistemas locais de forma a compreender a diversidade de respostas destes sistemas em relação ao ambiente nacional e a sua inserção na economia mundial. (LASTRES; CASSIOLATO; ARROIO, 2005).

Nas condições do atual paradigma, a criação de competências ocupa lugar mais destacado que a disponibilidade dos recursos naturais para os processos competitivos, o que faz o conhecimento tornar-se o fator básico de desenvolvimento. Neste sentido, as instituições desempenham papel central nas possibilidades de desenvolver processos de aprendizagem, que são socialmente determinados por interações, formatos institucionais e determinados contextos espaciais. (JOHNSON; LUNDVALL, 2005).

O local passa, dessa forma, a ser entendido como estruturador de um sistema cognitivo, capaz de sustentar

esses processos de aprendizagem, à medida que possibilita a proximidade não apenas geográfica, mas cultural e institucional entre os indivíduos, firmas e organizações. A criação/absorção de conhecimento/tecnologia pela firma passa a destacar sua imersão num ambiente no qual ela possa interagir, devido à presença de instituições que reduzem a incerteza e criam canais para a interação.

A maior/menor intensidade das interações entre essas organizações e as firmas depende em grande proporção da proximidade definida pela aglomeração espacial, pois, à medida que estes agentes se encontram estabelecidos e concentrados localmente, compartilham de normas, convenções, valores, expectativas e rotinas que nascem da experiência comum, estruturadas pelas instituições.

É a partir deste enfoque que se procura estudar a experiência do desenvolvimento recente do aglomerado produtivo têxtil e de confecções em Campina Grande, relacionado ao algodão naturalmente colorido e formado por micro e pequenas empresas, com base na abordagem analítica da noção de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais, na qual a competitividade está referida a um conjunto de instituições/empresas/firmas espacialmente interligadas, que se articulam e que têm no conhecimento e inovatividade os principais determinantes da dinâmica local. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

A escolha do Arranjo Produtivo Local (APL) têxtil e de confecções de Campina Grande levou em consideração a tradição de empreendedorismo que caracteriza aquela área e que constitui uma dotação relevante – que não pode ser deixada à margem na análise das possibilidades de desenvolvimento local. No entanto, as motivações do estudo deste APL centram-se em algumas vantagens competitivas que Campina Grande parece possuir, e que emergiram possivelmente de relações entre os agentes do setor produtivo e as organizações de associação e representação e de treinamento, bem como de pesquisa e tecnologia e apoio gerencial, que interagem no espaço cognitivo.

Analisa-se a importância da densidade institucional espacial, sem similar no interior do Nordeste brasileiro, para prover uma melhor articulação da cadeia produtiva e conduzir à superação das barreiras tecnológicas e mercadológicas do APL. Investigam-se os elementos que retêm a dinâmica do arranjo a partir da análise da co-evolução da relação empresas/instituições/organizações.

Em síntese, a ênfase deste estudo recai sobre o papel das instituições locais e suas relações com as empresas, conforme se destaca no item a seguir, no qual se explicita o referencial analítico. Em seguida, na seção 3, o trabalho analisa a configuração do arranjo produtivo têxtil e de confecções de Campina Grande, com destaque para as características de formação de sua estrutura institucional. Na seção 4, reflete-se sobre as relações das instituições locais com as empresas, de forma a se compreenderem os efeitos dessas sobre o modo de funcionamento do arranjo. Na seção 5, discutem-se as possibilidades dos impactos desta configuração e da ação institucional sobre o capital social capazes de gerar condições locais de confiança e reciprocidade entre os agentes.

2 – SISTEMAS LOCAIS DE PRODUÇÃO, CAPITAL SOCIAL E O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DE COORDENAÇÃO, ASSOCIAÇÃO E CONHECIMENTO: REFERÊNCIAS PARA A ANÁLISE

As pesquisas sobre sistemas produtivos locais têm considerado várias dimensões de análise a partir da configuração das estruturas de produção, de conhecimento e de coordenação no âmbito local. Esta configuração refere-se aos agentes presentes no local que atuam nestas diversas estruturas, como as empresas dos diferentes segmentos da cadeia produtiva, das organizações de ciência e tecnologia, que afetam as condições de geração e absorção de conhecimento, das organizações de ensino e treinamento, além de organizações com funções associativas, de representação, entre outras.

Um aspecto central deste enfoque é compreender o “modo de funcionamento” dessas aglomerações, observando as interações entre os diversos agentes que resultam da diversidade e da complementaridade que estruturas locais podem proporcionar, tanto no âmbito dos processos de produção e inovação por mecanismos de mercado quanto pela ação de coordenação das instituições².

Assim, tais relações são influenciadas pelas características específicas dos processos produtivos próprios do setor de atividade, dadas por seus padrões de concorrência e seu regime tecnológico, pela formas de inserção

das empresas nos mercados, pelas características do ambiente macroeconômico e dos sistemas nacionais de inovação, que caracterizam o contexto nacional em que tais arranjos estão inseridos. (BRESCHI; MALERBA, 1997).

Portanto, as estruturas e o modo de funcionamento configuram sistemas locais análogos às noções de sistemas nacionais de inovação e sistemas tecnológicos (JOHNSON; LUNDVALL, 2005; CARLSSON *et al.*, 2002), privilegiando um recorte analítico-espacial que procura captar as especificidades que se apresentam neste nível. Tais singularidades locais têm uma forte sustentação na proximidade entre os agentes que, pelo compartilhamento de valores comuns, estimulam comportamentos cooperativos, essenciais nos processos de aprendizagem, por sua natureza, interativos e sociais. (LUNDVALL, 1992).

O dinamismo socioeconômico e as criações de capacitações locais dependem também do capital social acumulado no espaço local, à proporção que são fortemente afetados pela sinergia gerada na interação entre elas, e delas com os demais atores do ambiente em que se localizam. (ALBAGLI; BRITO, 2003, p. 9).

Os autores que trabalham com a noção de sistema regional de inovação conceituam o capital social como:

(...) a capacidade coletiva dos agentes socioeconômicos chave na região (p.e. indivíduos, companhias, autoridades, centros de pesquisa, associações empresariais) para desenvolver formas de cooperação com base em um sistema de valores, normas e instituições comuns (p.e. confiança e reciprocidade) com o objetivo de capacitar (*enable*) e acelerar o processo de aprendizagem regional. (LANDABASO; MOUTON; MIEDZINSKI, 2004).

Conforme esclarece Maskell (2001), o capital social afeta o desempenho econômico quando estimula e acelera o processo de troca e criação de conhecimento, assim reduzindo o custo de transações interfirmas, tais como os custos de busca da informação, de barganha e de tomada de decisão, e os custos de contrato. Isto implica a presença de componentes do capital social, como a existência de normas, instituições e valores comuns (confiança e reciprocidade), e de formas mais ou menos institucionalizadas de interação social entre os agentes.

Para compreender as relações entre as instituições e as empresas no processo de construção das condições locais de competitividade, este referencial analítico sugere os seguintes passos metodológicos:

² Algumas características das interações no âmbito das estruturas produtivas e institucionais estão indicadas em Campos e Vargas (2005).

a) a identificação das estruturas de produção, conhecimento e de coordenação/associação no espaço delimitado localmente, sua formação histórica e os condicionantes das atividades produtivas dos agentes e da inserção do local num espaço nacional; b) as relações entre os agentes, no âmbito das estruturas, com ênfase na análise do papel das organizações de coordenação, associação e conhecimento e especificamente de suas relações com as empresas; e c) frente aos aspectos identificados nos passos anteriores, a avaliação das implicações para o capital social local, como elemento que expressa as possibilidades locais de confiança, reciprocidade e, portanto, estimula as ações de natureza cooperativa.

3 – FORMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO ARRANJO: O DESENVOLVIMENTO DOS AGENTES PRODUTIVOS E O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES

Campina Grande, localizada a cento e dez quilômetros a oeste de João Pessoa, capital do Estado, tem sua história econômica ligada à produção do algodão e do couro, que, no passado, transformou-a em um dos principais entrepostos comerciais do Nordeste.

A produção e a comercialização de algodão e couro se confundem com a formação do município que, de vila denominada de Vila Nova da Rainha, fundada em 1790, passou a cidade de Campina Grande em 1864. A elevação a cidade se deu na fase final da Guerra da Secessão Americana, que, ao desorganizar a economia do algodão no sul dos Estados Unidos, abriu espaço para a produção local, oportunidade em que se criou respaldo político para, no início da república, obter em 1908 uma ligação ferroviária direta com Recife, cidade mais próxima, que dispunha de estrutura portuária capaz de viabilizar o escoamento da produção e atender às necessidades de expansão da economia campinense. Mesmo após diversas transformações, que resultaram inclusive na significativa redução daquelas atividades agrícolas, o dinamismo do passado legou ao município a posição de importante centro regional. Disto, resultou também a formação, ao longo dos anos, de uma forte presença de agentes de coordenação públicos e privados.

Nesse município, desde os anos 1960, predominavam as alfaiatarias, ao lado das costureiras domésticas que produziam para consumo próprio e aceitavam encomendas individuais de famílias locais. Na década de 1980, a profissionalização destas costureiras propiciou uma



Mapa 1 – Localização do ALP de Têxtil e de Confecções de Campina Grande-PB

Fonte: Elaboração Própria dos Autores.

produção para o mercado bem mais diversificada do que aquela observada no período dos alfaiates³. As costureiras iniciaram, a partir do apoio do Sebrae local em capacitação e comercialização, as atividades de confecções que originam o APL em estudo, como será visto a seguir. Sua evolução ocorreu em duas fases distintas: o período de sua formação até o decorrer das décadas de 1980 e 1990, que foram marcadas por um processo de forte crescimento, e a fase após os anos 1990, na qual a perda de dinamismo da atividade combinou-se com o desenvolvimento agrícola de um algodão “colorido” produzido a partir de semente modificada⁴. A produção de confecções utilizando tecido produzido com este fio voltou a estimular a atividade de confecções no município.

3.1 – Formação e Desenvolvimento das Estruturas Produtiva e Institucional do APL

A estrutura produtiva do APL têxtil-confecções de Campina Grande é formada por micro e pequenas empresas (MPEs) atuando nas atividades de tecelagem e principalmente confecções. No segmento de fiação da cadeia produtiva têxtil-vestuária, existe apenas uma grande empresa que mantém poucas relações com os demais integrantes do APL. Das trinta micro e pequenas empresas de confecções⁵, vinte e seis participam de uma cooperativa que agrega também os agricultores produtores da pluma de algodão colorido⁶, uma tecelagem manual de fios deste algodão⁷, bem como outras dez cooperativas produtoras de adereços artesanais para confecções e de uma grande diversidade de outros artesanatos com resíduos e tecido de algodão colorido. Além destas empresas e cooperativas formais, há também produtores informais, aproximadamente 120 costureiras que, em sua maioria, trabalham como facionistas. Este conjunto de atores constitui o núcleo produtivo central deste APL.

A indústria de confecções de Campina Grande é formada por MPEs com idade média de cerca de 15 anos.

³ O APL de confecções produz roupas masculinas, femininas, infanto-juvenis, fardamento escolar, roupas profissionais, roupas em malhas, roupas de banho, roupas íntimas, bonés e meias.

⁴ O algodão colorido não foi cultivado exclusivamente em Campina Grande; ele surgiu em outros municípios da Paraíba.

⁵ Cavalcanti Filho e Moutinho (2004) e atualizada em pesquisa de campo realizada entre novembro de 2005 e fevereiro de 2006. Os autores deste artigo registram especial agradecimento ao professor Paulo Fernando Cavalcanti pela contribuição.

⁶ Acampal.

⁷ Que produz redes, mantas e roupas de cama e mesa para redes hoteleiras.

No período de diversificação da produção, que remonta ao início da década de 1980, aconteceu a primeira experiência de cooperação entre agentes produtivos e órgão de apoio do APL, relacionada à formação de uma Associação de Confeccionistas, formada por onze costureiras, que evoluíram de um trabalho doméstico para uma atividade de natureza empresarial com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – PB, que financiou o treinamento nas instalações do Serviço Nacional da Indústria (Senai) – RN. Este grupo formou o Sindicato da Indústria do Vestuário da Paraíba (Sindvest), na Federação das Indústrias da Paraíba (Fiep), e seu dinamismo está associado ao funcionamento do Centro Comercial Luiza Motta em 1990⁸, administrado pelo Sebrae-PB, entre junho de 1991 e março de 1999. Desde 1992⁹, já reunia 142 lojas de fábrica¹⁰ e muitos destes confeccionistas mantinham lojas em Pernambuco, tendo exportado para alguns países da Europa.

Além destes atores, outras organizações se desenvolveram no APL com potencial para financiar e oferecer cursos para treinamento empresarial e da mão-de-obra local – apoio ao desenvolvimento de capacitação tecnológica – tais como: a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (Cinep), Sistema S e a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de Campina Grande, entre outros. Para a formação de recursos humanos qualificados, pesquisas e atividades de extensão, o município também abriga quatro universidades: particular, estadual, federal, e a Universidade Corporativa da Fiep, com um Centro de Moda. Instalou-se também no Senai do município, o Laboratório do Vestuário (Labvest).

Apesar de existir no local representantes de diversas agências de financiamento, estas desenvolveram linhas de crédito ou programas para MPEs, mas não são capazes de atender o arranjo de confecções, suprimindo as empresas locais de capital de giro e microcrédito, bem como conceder empréstimos para investimentos em capital físico, tendo em vista que a inadimplência dos empresários do setor tem sido generalizada, o que gera forte resistência burocrática destes agentes financeiros para conceder novos financiamentos.

⁸ Posteriormente, remodelado e transformado em *shopping*, que recebeu o mesmo nome.

⁹ Cavalcanti Filho e Moutinho (2004).

¹⁰ Fiep (200-).

Outro agente financeiro que se instalou no APL foi o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Cea-pe), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)¹¹, com atuação em todo o Estado, dedicado ao desenvolvimento socioeconômico de empreendimentos dirigidos para pessoas de baixa renda. A maior parte do crédito, no entanto, destina-se ao comércio informal – 85% da dotação total dos recursos¹².

A difusão de informações tecnológicas e mercadológicas, apoio legal e institucional, promoção de cursos, eventos técnicos e comerciais e feiras são atribuições dos sindicatos, associações e federações que surgiram no APL. Neste sentido, o arranjo conta com as seguintes instituições: Sindicato dos Trabalhadores, Federação da Indústria da Paraíba (Fiep), Associação dos MPEs de Campina Grande, Associação da Indústria do Vestuário de Campina Grande, Sindicato das Empresas de Confeções da Paraíba, Instituto Casaco de Couro (ICC)¹³.

O desenvolvimento dos agentes produtivos do APL se apoiou em sua própria capacidade associativa, o que caracteriza a presença de relações de confiança no local. Soma-se a isto o estímulo das organizações de apoio, que formaram um significativo suporte institucional, como será analisado na seção 3.2.

Em que pese a todo o aporte de sustentação disponível em Campina Grande para o APL, a partir de 1999, um conjunto de fatores desencadeia uma fase de crise da atividade de confecções do arranjo. Um deles foi o afastamento do Sebrae-PB da administração do Centro de Compras Luiza Motta. Isto iniciou o processo de perda de dinamismo das confecções do município¹⁴, motivado também pela saturação do mercado local diante da con-

corrência de grandes lojas e dos APLs de confecções localizados em Pernambuco (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru), bem como da forte concorrência com os importados. O cenário negativo foi fortalecido ainda pela política fiscal desvantajosa para o arranjo em relação a outros APLs¹⁵, e pelas dificuldades financeiras das MPEs que endividadas não têm capital de giro nem acesso às fontes de financiamento locais.

Embora o APL tenha inicialmente experimentado uma expansão rápida, apoiada em uma notável infraestrutura organizacional local e denso suporte institucional, vem percorrendo rapidamente o caminho no sentido contrário, pois, das 124 empresas existentes em 1990, aproximadamente 25% se mantiveram em atividade em 2005¹⁶.

No entanto, cabe considerar que a capacidade de mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros parece favorecer a geração de tecnologias novas em Campina Grande, que tendem a ser absorvidas e replicadas através de um processo de adaptação às necessidades e dotações tecnológicas do município. Uma referência é o caso do “algodão naturalmente colorido da Paraíba”, uma experiência de ampliação, diversificação e modernização da estrutura produtiva do APL campinense e que aparece como uma reação dos confeccionistas à crise com que se defrontam, e ao desaparecimento no passado da tradicional cultura paraibana do algodão, que embora dizimada, legou à região um conhecimento técnico e com infra-estrutura institucional e de apoio acumulados ao longo de sua existência.

Neste quadro crítico, novas oportunidades foram percebidas e efetivamente aproveitadas por empresários ligados à atividade de confecções local. Eles vislumbraram a chance de reduzir o risco e as perdas que vinham sendo ocasionados por dificuldades de várias ordens, adotando como estratégia alternativa a diferenciação de produto, passando então a trabalhar com o algodão naturalmente colorido¹⁷.

Tão importante quanto essa estratégia, é percebido que essa nova possibilidade foi também acompanhada

¹¹ OSCIPs são pessoas jurídicas de direito privado, recebendo recursos públicos e administrando sua utilização em parceria com o poder público, para finalidades sociais, não possuindo fins lucrativos.

¹² Cavalcanti Filho e Moutinho (2004).

¹³ Que recentemente passou a atuar com exclusividade no APL de calçados.

¹⁴ “Enquanto o Centro Comercial preservou sua natureza inicial de especialização com lojas de fábrica de confecções e de calçados, a administração esteve sob controle do Sebrae-PB desde junho de 1991. Entretanto, após sua transformação em *shopping center* em 1997, com a diversidade de produtos (além de vestuário), e, sem o vínculo comércio-indústria, o Sebrae-PB percebeu que não era sua função institucional administrar esse tipo de estabelecimento comercial. Em março de 1999, o Sebrae-PB transferiu a administração para a Associação de Lojistas do *Shopping* Luiza Motta. Ao mesmo tempo, foi construído o *shopping* Sebrae de João Pessoa voltado prioritariamente para a comercialização de confecções, cuja administração foi assumida pela antiga diretoria de Campina Grande.” (CAVALCANTI FILHO; MOUTINHO, 2004).

¹⁵ A exemplo do APL de calçados de Campina Grande que recolhe Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) a uma taxa de 2%.

¹⁶ Informação obtida pela autora em entrevista realizada em dezembro de 2005 na agência regional do Sebrae-PB em Campina Grande.

¹⁷ Porém, sem exclusividade.

por ações de natureza cooperativa entre os empresários agora rearticulados no Consórcio *Natural Fashion* e posteriormente na Coopnatural.

3.2 – Consórcio *Natural Fashion* e a Coopnatural: Os Novos Atores Institucionais e as Relações com os Agentes Produtivos

O uso do algodão natural produzido no sertão da Paraíba de forma sustentável, sem irrigação, sem o uso de defensivo, deve-se ao fato de na cidade encontrar-se localizado o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agronômicas (Embrapa), que desenvolveu através de seu Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPA) o cultivar BRS 200-Marmor, com bom desempenho nos testes de produção agrícola, apresentando produtividade de 1.500 kg/ha.

Ao longo de oito anos, dando continuidade às experiências, as pesquisas aconteceram no campo de melhoramentos genéticos em busca de novas cores sem o uso de corantes, obtendo-se o algodão naturalmente colorido. Encontrou-se, deste modo, um diferencial competitivo importante para a região, que cria possibilidades de crescimento local devido à dotação de recursos e de competências locais, bem como à adequação do produto ao consumo de pessoas alérgicas a corantes sintéticos, e à crescente demanda por produtos ecologicamente corretos especialmente nos países do primeiro mundo.

Destaca-se nesse período a importância da cooperação e do aprendizado institucional no aproveitamento dessa descoberta como estratégia de sobrevivência do APL diante do acirramento da competição em decorrência da abertura comercial.

Nesse cenário foi criado o “Consórcio *Natural Fashion*” em 2000, que reuniu dez empresas de confecções locais e foi lançado na Fenit com o apoio da Associação Brasileira de Vestuário (Abravest), Sistema S e da Apex¹⁸. Este Consórcio com o objetivo de exportar acompanhou o andamento das pesquisas do algodão colorido e procurou garantir a chance de ser o primeiro na utilização de toda a oferta do produto. Para garantir a prioridade na produção do fio colorido, em parceria com as empresas

¹⁸ Esta última dava suporte às iniciativas para exportação de produtos brasileiros.

representadas pela Federação das Indústrias da Paraíba (Fiep), a prefeitura de Campina Grande e o governo estadual através da Cinep – seu órgão executor da política industrial – adquiriram todas as sementes e plumas disponíveis na Embrapa.

A estratégia mercadológica das empresas do Consórcio foi a de obter ganhos ao antecipar-se aos potenciais concorrentes, imprimindo a imagem de pioneiros à sua marca *Natural Fashion*¹⁹. Esta estratégia apoiou-se na percepção de que existe para o produto um grande mercado potencial no exterior, principalmente na Europa, onde é crescente a demanda por produtos ecologicamente corretos²⁰.

Também compôs a estratégia uma linha comum de produtos, fixação de cotas de produção determinadas pela capacidade produtiva de cada empresa e pela participação de cada uma no Consórcio, incluindo a superação da barreira da inadimplência individual no Sersa, com vistas à obtenção de financiamentos em instituições financeiras através do aval de empresas do Consórcio, portanto, eliminando ineficiências localizadas que impediam uma maior homogeneização das capacidades tecnológicas.

O sucesso inicial desta estratégia consolidou a avaliação de que a cooperação entre MPEs constituía-se em um mecanismo valioso de fortalecimento empresarial. O estabelecimento de vínculos pessoais, o desenvolvimento da confiança mútua, os ganhos com a difusão de infor-

¹⁹ O Consórcio atende atualmente a cinco países – Itália, Alemanha, França, Estados Unidos, Espanha – e abrange cinquenta e oito franquias no Brasil, mantendo ainda uma loja em Portugal. Nestes pontos de venda, oferece produtos masculinos, femininos, infantis, roupas de cama, mesa e roupas de dormir, utilizando os seguintes apelos de mercado: comércio justo, cadeia produtiva limpa, algodão orgânico, apoio ao homem do campo, valorização da arte popular, demanda de trabalho aos artesãos sem interferências nos desenhos e técnicas, resgate das rendas artesanais, como adereço, geração de empregos, projeto de reaproveitamento de resíduo sólido e valorização do artesanato paraibano.

²⁰ Há mercado para os produtos do Consórcio, mas a capacidade produtiva instalada ainda é reduzida, de modo que há problema de escala, não sendo possível trabalhar com grandes lojas do mercado interno, o que conseqüentemente, reduz as possibilidades de ampliação de mercado. O Consórcio enfrenta dificuldades na administração da Cadeia do Algodão Colorido. É na fiação que se verifica uma das mais graves obstruções: a ausência de uma indústria de fiação de porte pequeno exclusiva e compatível com a dimensão do negócio do algodão colorido do APL. Na falta desta solução, desde a primeira fiação, se fizeram parcerias com grandes empresas. Na tecelagem, o problema é remediado com a presença no APL de uma fábrica de pequeno porte que trabalha com teares manuais.

mações intragrupos de empresas, os compartilhamentos de custos para o desenvolvimento da marca e de canais de distribuição, todos estes fatores contribuíram para a ampliação desta experiência consorciada de MPEs do APL, que se consubstanciou na criação da Coopnatural.

A Cooperativa foi criada em fevereiro de 2003 com atribuições direcionadas ao atendimento logístico e à comercialização do algodão colorido. Ela assumiu a compra e venda do algodão, o corte e distribuição do tecido para os confeccionistas e a posterior distribuição do produto final para as lojas, que funcionam num esquema de *franchise* informal. Essas relações cooperativas substituem as práticas de subcontratação, que são bastante usuais nas atividades de confecção, portanto, fortalecendo neste APL relações mais estáveis e formais. Estas práticas exitosas também atraíram empresas da indústria calçadista de Campina Grande para a cooperativa. Elas usam adornos e detalhes de tecido de algodão colorido em seus produtos: sapatos, sandálias, cintos e bolsas, aproveitando os resíduos (retalhos) dos cortes das roupas.

As relações cooperativas com as características acima convivem também no APL com práticas de *façção*, que envolvem algumas MPEs formais fragilizadas pelas dificuldades anteriormente mencionadas. Neste caso, as *façções* são contratadas por outra empresa local que comercializa confecções nas regiões Nordeste e Norte. A maioria dos participantes deste modelo de “cooperação”, diante de um processo de endividamento crescente, passou para a informalidade. Esta convivência de práticas cooperativas, ao lado de práticas de *façção*, e o êxito empresarial das primeiras parecem funcionar como vitrine para o estímulo às atividades de cooperação.

A análise acima indica o amadurecimento dos vínculos pessoais e o desenvolvimento da confiança mútua, sugerindo a ampliação do estoque inicial de capital social e fortalecendo a prática de ações cooperativas entre os atores do APL, particularmente entre as empresas locais. Neste contexto, se desenvolveram as atuais instituições integrantes do arranjo local.

4 – INSTITUIÇÕES, SUAS RELAÇÕES COM AS EMPRESAS E O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS NO LOCAL

Na trajetória de desenvolvimento do APL, alguns aspectos relevantes são observados na interação entre

empresas e instituições. Em primeiro lugar, percebe-se que a origem da produção diversificada da confecção da aglomeração, na década de 1980, apoiou-se na atividade associativa de um grupo de costureiras existentes no local. Em segundo lugar, o apoio de organizações de treinamento e de assistência gerencial, entre outras, vai-se consolidando ao longo deste período. Em terceiro lugar, no decorrer da atual década, o desenvolvimento das atividades cooperativas como forma de enfrentar o acirramento da concorrência imposta pela abertura comercial. Estes três movimentos são analisados a seguir.

Num primeiro momento, as relações interpessoais expressas no movimento associativo das costureiras e o apoio empresarial do Sebrae-PB, ao mesmo tempo que significa a presença de um “estoque” inicial de capital social no local, revelou também a possibilidade futura de articulação entre as empresas e as instituições. Desta forma, a confiança no âmbito de relações pessoais sustentou inicialmente o avanço para relações de representação, que se configurará no Sindvest, dando um caráter empresarial às atividades antes de natureza doméstica. Outro aspecto relevante deste movimento é a articulação com as organizações que progressivamente passaram a apoiar a iniciativa. O pequeno porte do APL, a concentração territorial e os resultados econômicos para as MPEs recém-fundadas parecem ter estimulado as interações entre os agentes produtores, criando um círculo virtuoso que sustenta a dinâmica do APL na sua fase inicial.

O segundo momento que se destaca nesta análise é o crescimento do aparato institucional de apoio para a atividade no decorrer da década de 1980 e início da de 1990, que marcou a fase de intenso crescimento do APL. Como não há estudos empíricos específicos para este período, é difícil avaliar a contribuição destas organizações para o dinamismo do APL no âmbito deste artigo. No entanto, algumas evidências sugerem impactos positivos como: a) a importância do Centro de Compras Luiza Motta, administrado pelo Sebrae-PB, provocou importantes estímulos à demanda da produção local; b) a contribuição das organizações no treinamento da mão-de-obra produtiva e gerencial; e c) os estímulos a atividades de promoção, como a realização de feiras, por exemplo. Mas, por outro lado, este denso aparato parece também não ter conseguido, proporcionar condições de financiamento para as MPEs locais nem aporte adequado para uma significativa capacitação tecnológica das empresas.

Portanto, neste período, o crescimento do APL é fundamentalmente caracterizado pela expansão das vendas, indicando um crescimento horizontal do arranjo, sem efeitos significativos sobre os demais segmentos da cadeia têxtil-confecções no local. E neste processo, o apoio das organizações presentes no local sustenta, mas não direciona, o crescimento. As dificuldades que surgiram posteriormente, no final de década de 1990, parecem comprovar esta afirmação.

O terceiro momento, no início desta década, evidenciou as dificuldades competitivas do APL com o acirramento da concorrência, que provocou o fechamento de diversas MPEs. A tentativa de superar as condições desfavoráveis impostas pela concorrência se deveu, por um lado, à presença de laços de confiança sustentados pela experiência associativa empresarial, o Sindinvest e, por outro lado, pela presença de uma estrutura institucional local de apoio.

Isto se depreende da atitude do sindicato ao perceber as possibilidades de seguir uma estratégia de diferenciação no processo competitivo pelo uso de uma nova matéria-prima, o tecido produzido com o algodão colorido. O desenvolvimento deste novo cultivar pela Embrapa no Estado da Paraíba, que já se realizava desde 1989²¹, estimulou o Sindinvest a buscar o auxílio dos governos estadual e municipal para adquirir toda a produção dos novos cultivares, estimular sua produção por pequenos agricultores através do serviço de extensão rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e organizar a fiação deste novo tecido.

O resultado destas iniciativas foi o desenvolvimento ainda embrionário de uma cadeia de produção têxtil-vestuária com base numa matéria-prima diferenciada, que é o algodão naturalmente colorido. O aspecto relevante deste movimento recente foi, portanto, o desenvolvimento de ações coletivas para a criação do Consórcio *Natural Fashion* em 1997 para estimular as exportações e, em

2003, a formação da Coopnatural, que procura atuar na coordenação da cadeia produtiva através da compra do algodão, do estímulo à fiação, do fornecimento do tecido para as empresas de confecções e da distribuição da produção para as lojas.

Foram estas iniciativas coletivas, através do Sindinvest, do Consórcio *Natural Fashion* e da Coopnatural que reorganizaram as relações no âmbito do APL. O principal efeito foi o destaque no interior do APL dos processos produtivos organizados em torno do “algodão colorido”. Como resultado, as relações entre as empresas e organizações rearticularam-se conforme se procura indicar. A Figura 1 ilustra a multiplicidade de vínculos interativos entre as organizações de apoio e os agentes dos diferentes segmentos desta cadeia produtiva entre 2000 e 2006.

Um primeiro aspecto a destacar é a ênfase da atuação das organizações na tentativa de apoiar a produção desta matéria-prima. A Embrapa, a Emater e a Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE) da prefeitura de Campina Grande desenvolveram, entre 2000 e 2004, importantes ações: (a) apoio durante as fases da distribuição de sementes, plantio, coleta e armazenamento do algodão colorido, variedade BRS 200-marrom; (b) apoio técnico e gerencial no monitoramento da cultura do algodão colorido durante o exercício de 2000; (c) no âmbito de seu Programa de Qualificação e Re-qualificação Profissional, treinamento em manejo do referido algodão, que contou com 314 participantes da Associação de Produtores Rurais.

Um segundo aspecto desta fase atual é o apoio aos segmentos finais da cadeia. A parceria Sebrae-PB e Senai e demais órgãos, que desde 1997 apoiavam os confeccionistas de Campina Grande, evoluiu no ano seguinte para uma cooperação com o Compete, projeto ligado à Fundação da Universidade Federal da Paraíba (Fapesp), do que resultou a criação de um laboratório voltado para suprir as empresas de informações técnicas e tecnológicas, o Laboratório de Vestuário (Labvest), no Centro Tecnológico de Couro e Calçados (CTCC), em uma “experiência-piloto”. Posteriormente, no início dos anos 2000, o laboratório da moda sofisticou sua atuação e ingressou no projeto do “algodão colorido”, dando apoio ao consórcio de empresas de confecções que se formava voltado para exportação,

²¹ Segundo Cavalcanti Filho e Moutinho (2004), o algodão colorido BRS 200-Marrom, de ciclo trienal, obtido através de melhoramento genético em uma pesquisa iniciada pela Embrapa em 1989, quando empresas têxteis japonesas manifestaram interesse no desenvolvimento de variedades coloridas armazenadas no banco de germoplasma da Embrapa, no interior da Paraíba. Posteriormente, em 1996, uma nova variedade de algodão colorido (de cor verde) foi obtida nos laboratórios da Embrapa, através do cruzamento entre um material introduzido dos EUA, o *Arkansas Green* de fibra verde, com a cultivar de fibra branca CNPA 7H, de fácil adaptação à região Nordeste e de fibra de boa qualidade.

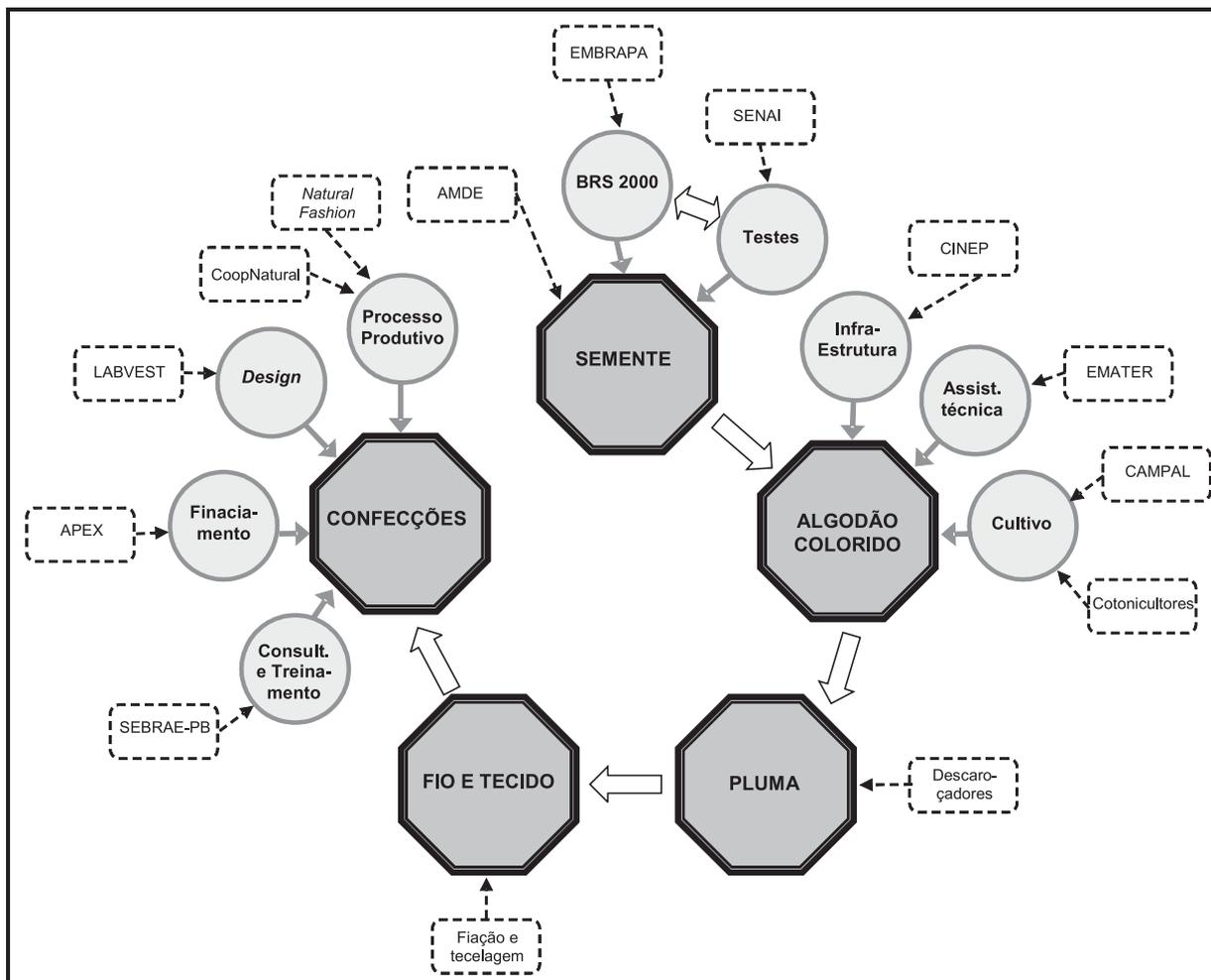


Figura 1 – Aporte Institucional por Funções nas Atividades Têxtil e de Confecções do APL de Campina Grande-PB (2000/2006)

Fonte: Elaboração Própria dos Autores.

ao se defrontar com a retração de mercado que se vinha agravando²².

Outra evidência desta característica é a criação pelo Sebrae-PB da Rede Paraíba *Design*. Trata-se de uma rede *on-line* que desenvolve trabalhos em vários núcleos, entre eles moda, mobiliário, embalagem e outros. Através desta Rede, no âmbito do algodão colorido se desenvolveu recentemente um projeto inovador, envolvendo os confeccionistas locais: a produção de roupas para a linha hoteleira.

Um terceiro aspecto é que as universidades localizadas no município ainda exibem dificuldades em formar

parcerias com as empresas do APL. Em áreas como design industrial, elas não têm a confecção como foco de pesquisa e formação de recursos humanos, sendo difícil absorver estagiários oriundos de cursos universitários nas empresas. Todavia, em atendimento às necessidades das indústrias de Campina Grande, a Fiep inaugurou em 2005, nas instalações do Senai, a Universidade Corporativa e, em 2006, o Centro da Moda, que oferecem formação e capacitação técnica direcionadas para a atividade numa tentativa de suprirem estas necessidades.

Um quarto aspecto é a atuação das organizações no sentido de articular as ações no conjunto da cadeia produtiva. É clara a identificação de duas concentrações de agentes articulados em torno das atividades produtivas iniciais e finais, como mostra a Figura 1. O processo de formação das referidas composições de atores em torno da atividade produtiva do algodão colorido origi-

²² Entre 2004 e 2005, desviou seu foco para calçados e, recentemente, junho de 2006, foi re-inaugurado como “Centro de Moda” nas instalações do Senai de Campina Grande, apoiando desta feita os APLs de calçados e confecções.

nou-se da ação do sindicato dos confeccionistas. A cadeia vem sendo administrada pelo mesmo grupo de empresários originários da confecção, atualmente em uma parceria ampliada pela participação do Sebrae-PB e da Coopnatural, que iniciaram a aplicação de uma técnica de planejamento da atividade ao longo de todos os seus elos, desde a encomenda dos produtos finais até a produção e plantio das sementes, com base em um sistema formal de contratação do tipo *supply chain management*, visando reduzir os custos de transação e administrar as descontinuidades observadas em algumas etapas do processo produtivo. Como se observa ainda da Figura 1, o apoio dos governos aos agentes produtivos do algodão colorido não adquire a mesma intensidade nas fases produtivas intermediárias: a da fiação e da tecelagem.

5 – SUSTENTABILIDADE DO APL: INSTITUIÇÕES, CONFIANÇA E O CAPITAL SOCIAL LOCAL

A formação e perfis das estruturas produtiva e institucional na perspectiva da evolução do APL, conforme foi visto, evidenciam importantes características para a análise de seu desenvolvimento e sustentabilidade, merecendo destaque o fato de que as interações que ocorrem em seu âmbito são muito mais decorrentes das lideranças empresariais locais, das características da estrutura produtiva, do que de ações deliberadas das organizações de apoio que conformam a estrutura institucional local. Percebe-se ainda que estas ações são temporalmente descontínuas e de intensidade variada, o que fragiliza e/ou fortalece o processo de criação do estoque de capital social local e gera mecanismos que inibem/expandem as reações aos desafios com os quais o APL se defronta. O Quadro 1 procura sistematizar estes aspectos:

A análise da evolução e da sustentabilidade do APL pressupõe a compreensão dos laços de confiança e as demais formas de interações entre os diversos agentes resultantes da diversidade e da complementaridade que esta estrutura local proporciona tanto no âmbito dos processos de produção e inovação por mecanismos de mercado quanto pela ação de coordenação das instituições.

A criação/absorção de conhecimento/tecnologia no APL, em alguns momentos, destaca a imersão de empresas do setor produtivo num ambiente em que elas interagem devido à presença de instituições que reduzem a incerteza e criam canais para a interação. Neste

sentido, Campina Grande apresenta ao longo de seu desenvolvimento vantagens competitivas que se manifestam destas relações.

Uma constatação inicial refere-se à maneira como evoluiu a estrutura produtiva do APL. Após uma fase de grande crescimento horizontal, pela expansão do número de empresas de confecções, a redução do dinamismo, no início dos anos 2000, provocou o fechamento de diversos estabelecimentos; e, simultaneamente, pela ação cooperativa das MPEs, o esforço de concorrer por diferenciação de produto. Esta ação foi de natureza coletiva, pela articulação realizada entre algumas MPES que procuraram absorver uma nova matéria-prima que havia sido desenvolvida por uma instituição de pesquisa local: a Embrapa.

O efeito deste esforço se refletiu na tentativa, ainda incipiente, de ampliarem a cadeia produtiva no local com base no algodão colorido. Nestas condições, a expansão que se seguiu baseia-se na ampliação de mercados, parcialmente, por via da exportação e da diferenciação de produtos. Contudo, sem conseguir a implantação no local dos segmentos de fiação e tecelagem. A produção de fios e a tecelagem com algodão colorido resultam do esforço da MPEs de confecção que articulam tal fornecimento pela Coopnatural.

Esses efeitos da cooperação sobre a estrutura produtiva condicionam também as formas de coordenação deste APL e demonstram como o capital social, juntamente com a atuação de lideranças, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do APL. O pequeno porte das empresas, a ausência de assimetrias significativas entre elas e a experiência associativa já desenvolvida resultam numa coordenação em forma de redes de empresas, através da Coopnatural, o que demonstra as fortes condições de cooperação empresarial no local e a resistência prolongada aos desafios com os quais o APL se defronta.

Por outro lado, o APL apresenta uma infra-estrutura institucional variada e densa capaz de atender às mais diversas demandas: financeiras, técnicas, de coordenação, ensino e pesquisa e de logística, entre outras. Entretanto, alguma disfuncionalidade da atuação destes órgãos é percebida através da incapacidade de resolver vários impasses. Logo, a presença no local de uma rede institucional densa não garante vínculos fortes e permanentes entre os governos, órgãos de apoio

	Características e desenvolvimento da estrutura produtiva	Características e desenvolvimento das instituições	Ação dos agentes das estruturas produtivas e institucional	Relações entre empresas e instituições e desenvolvimento do Capital Social
Origens do APL	Algodão	Presença de instituições com atuação em outros segmentos produtivos (couro-calçados)	Inexistente	
Formação e desenvolvimento: Décadas de 80/90	Presença de mão-de-obra qualificada e produção artesanal	Desenvolvimento de funções de treinamento por órgãos externos ao APL	Iniciativa dos empreendedores e demandas de apoio institucional. (associação de costureiras)	Desenvolvimento de vínculos pessoais.
	Formação da estrutura produtiva com base no segmento de confecções	Desenvolvimento de funções representativas formalizadas (Sindinvest)	Criação de micro e pequenas empresas de confecções	Desenvolvimento de relações de cooperação entre empresas
	Intenso crescimento horizontal da estrutura produtiva	Desenvolvimento das funções institucionais internas ao APL de: a) treinamento b) promoção da comercialização	Respostas das instituições às demandas empresariais	Consolidação de relações estáveis entre empresas e instituições
Crise e Mudança: Anos 2000	Redução do número de empresas	Redução da função de promoção e da comercialização	Ausência de respostas das instituições às demandas das empresas	Instabilidade das relações entre empresas e instituições
	Início da produção de Algodão Colorido	Desenvolvimento institucional da função tecnológica (Embrapa-PB) e ampliação da estrutura institucional	Retomada do apoio institucional às empresas.	Recuperação das relações de cooperação entre empresas e instituições
	Desenvolvimento incompleto da Cadeia produtiva do Algodão Colorido	Ampliação das funções institucionais como: estímulo à exportação e atuação sobre a cadeia	Parcerias: empresa/instituições através do Consórcio <i>Natural Fashion</i>	Fortalecimento das relações de cooperação entre empresas e instituições
	Estrutura produtiva com menor densidade e produção com matéria-prima diversificada e inovadora (tecidos de algodão colorido e outros)	Desenvolvimento inicial de funções de coordenação internas ao APL: a) Coopnatural b) Geor/Sebrae	Reação das empresas à intensificação da concorrência diante do insuficiente apoio institucional	Consolidação de relações de confiança e reciprocidade entre empresas que participam das ações coletivas

Quadro 1 – Evolução da Relação Empresa Instituição e Formação de Capital Social

Fonte: Elaboração Própria dos Autores.

e empresas do segmento produtivo. A relação apresenta um comportamento vulnerável e mutável que toma formatos diversos, apresentando uma composição instável ao longo do tempo e que compromete a criação de laços mais sólidos de confiança entre estes agentes. Ainda assim, percebe-se uma evolução no aprendizado cooperativo, com destaque para as empresas em relação aos organismos de suporte.

A influência das relações para a mobilização de recursos criou elos de confiança entre os agentes do APL, porém, mais recentemente, alguns destes elos foram substituídos, outros fortalecidos, ou enfraquecidos, quando não desapareceram. A crise que se vem prolongando e que se agrava progressivamente tem conduzido os agentes

produtivos à busca de formas de revitalização do APL através de articulações entre eles próprios, o que caracteriza uma forte presença de relações apoiadas em confiança e reciprocidade empresarial. Relações deste tipo caracterizam uma fase da construção do capital social, na qual a desvinculação do agente desta rede cooperativa tende a provocar custos de saída.

Neste contexto, as organizações de apoio, cujas ações sempre foram especializadas, fragmentadas e reativas às demandas das empresas, passaram a aplicar estratégias coletivas para o APL. Uma evidência é a mudança de perspectiva das ações do Sebrae, que deixou de atender cada empresa isoladamente para trabalhar o APL como um todo. Desde 2005, vem aplicando um novo

modelo de acompanhamento denominado de *Gestão Estratégica Orientada para Resultados* (GEOR), monitorando metas preestabelecidas para serem alcançadas sob a supervisão de um gestor do Sebrae-PB.

Em suma, o processo de construção de capital social no APL, observado através da relação entre empresa e instituição ao longo de seus mais de vinte anos, demonstra, por um lado, sua capacidade de resistência à crescente concorrência que evoluiu de um cenário de competição local para o globalizado e que permanece como uma constante ameaça à sustentabilidade da atividade em Campina Grande. Por outro lado, a evolução das relações entre empresas e instituições indica as possibilidades do local para o enfrentamento destas novas condições de concorrência, ou seja: a) a evolução de relações de cooperação originadas em vínculos pessoais que se articulam à ação empreendedora e se transformam gradativamente em relações de cooperação formal entre as empresas; b) a resposta, ainda que incipiente e inconstante, das instituições, que permite às empresas uma base institucional para realizarem as interações entre elas próprias e as organizações de apoio, exemplificada pela introdução do “algodão colorido”; e c) pela capacidade de ação coletiva das empresas, exemplificada pela sua rearticulação em torno da introdução de uma inovação tecnológica reorganizando suas estratégias competitivas.

Este artigo procurou demonstrar que tais aspectos são manifestações da presença de um capital social local que sugere a possibilidade de condições favoráveis para sustentação do APL frente às novas condições competitivas. A continuidade do seu desenvolvimento implica, desta forma, políticas voltadas principalmente para o apoio às ações coletivas, a exemplo da coordenação da cadeia produtiva, e que atuam sobre as deficiências que se manifestam localmente, como a debilidade dos segmentos de fiação e tecelagem, a ampliação das competências tecnológicas das empresas, lembrados aqui como exemplos, já que tais debilidades não foram objeto de análise detalhada neste trabalho. O que se procura destacar é que as relações de cooperação no local, ao mesmo tempo que devem ser um instrumento de implementação das políticas (ou seja, tais relações servem como aporte para defini-las e implementá-las por uma ação coletiva e tendo como objeto o conjunto dos agentes), são também o próprio alvo destas políticas à medida que estimulam as relações de cooperação e criam um círculo

virtuoso de crescimento com base na presença de capital social local.

Abstract

The article refers to the relationship institutions/companies in Campina Grande - Paraíba, and it takes as references the analysis of the local production systems, the social capital and the performance of several spheres of the government, coordination organizations, association and knowledge. It has the purpose of supporting policies for the Local Productive Systems (LPS) - “APLs”; it also observes the feasibilities of maintenance of development of the textile system and productions of colored cotton from Paraíba.

Key words:

Enterprises and Institutions; Local Productive Arrangements; Public Policies and Maintenance.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S; BRITO, J. (Coord.). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

ALBUQUERQUE, E. M. Notas sobre os determinantes tecnológicos do *catching-up*: uma introdução à discussão sobre o papel dos sistemas nacionais de inovação na periferia. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE, v. 27, n. 2, p. 220-253, 1997.

BECATTINI, G. The Marshallian industrial district as a socio-economic notion. In: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (Ed.). **Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.

BOYER, R. The convergence hypothesis revisited: globalization but still the century of nations?. In: BERGER, S.; DORE, R. (Ed.). **London national diversity and global capitalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

BRESCHI, S.; MALERBA, F. Sectoral innovation systems: technological regimes, Schumpeterian

- dynamics, and spatial boundaries. In: EDQUIST, C. (Org.). **Systems of innovation: technologies, institutions and organizations**. London: Pinter, 1997.
- CAMPOS, R. R.; VARGAS, M. Forms of governance, learning mechanisms and localized innovation: a comparative analysis in local productive systems in Brazil. In: THE FIRST GLOBELICS CONFERENCE INNOVATION SYSTEMS AND DEVELOPMENT STRATEGIES FOR THE THIRD MILLENNIUM, 1., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://redesist.ie.ufrj.br/dados/nt_count.php?>. Acesso em: 20 dez. 2005.
- CARLSSON, B. *et al.* A. Innovation systems: analytical and methodological issues. **Research Policy**, Elsevier, v. 31, n. 2, p. 233-245, fev. 2002.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de MPEs. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CAVALCANTI FILHO, P. F.; MOUTINHO, L. **Nota técnica da RedeSist: arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas de confecções em Campina Grande**. 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NT4>>. Acesso em: 21 dez. 2004.
- _____. **Nota técnica da RedeSist: proposição de políticas para arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais ASPILs: o arranjo produtivo de confecções de Campina Grande/PB**. 2006. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NT>>. Acesso em: 2 fev. 2006.
- EDQUIST, C. (Ed.). **Systems of innovation: technologies, institutions, and organizations**. London: Pinter Publishers, 1997.
- FREEMAN, C. **Technology policy and economic performance: lessons from Japan**. London: Pinter Publishers, 1987.
- JOHNSON, B.; LUNDEVALL, B. A. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. ARROIO, A. (Org.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- KEHRLE, L. A cadeia produtiva de têxteis e de confecções em Campina Grande-PB: oportunidades de investimento no início dos anos 2000. In: TIRONI, L. F. (Org.). **Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais**. Brasília, DF: IPEA, 2001.
- LANDABASO, M.; MOUTON, B.; MIEDZINSKI, M. Regional innovation strategies: a tool to improve social capital and institutional efficiency?: lessons from the European regional development fund innovative actions. In: CONFERENCE OF THE REGIONAL STUDIES ASSOCIATION REINVENTING REGIONS IN A GLOBAL ECONOMY, 2003, [S.l.]. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/120403papers.asp>>. Acesso em: 3 mar. 2004.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. Sistemas de inovação e desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Org.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- LUNDEVALL, B. A. (Ed.). **National innovation systems: towards a theory of innovation and interactive learning**. London: Pinter Publishers, 1992.
- MASKELL, P. Social capital, innovation and competitiveness. **Business Studies Working Paper**, Copenhagen, 2001.
- NELSON, R. R. (Ed.). **National innovation systems: a comparative analysis**. New York: Oxford University Press, 1993.
- SAXENIAN, A. **Regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- SCHMITZ, H. Collective efficiency: growth path for small-scale industry. **Journal of Development Studies**, v. 31, n. 4, abr. 1995.

STORPER, M. **The regional world:** territorial development in a global economy. Londres: The Guilford Press, 1997.. Os autores deste artigo registram especial agradecimento ao professor Paulo Fernando Cavalcanti pela contribuição.

Recebido para publicação em 25.07.2006.